

LÍNGUA PORTUGUESA E PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

T

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues
Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas

A década de 90 testemunhou o renascimento de um fenômeno bastante popular na passagem do século XIX para o XX no Brasil, embora os significados e o impacto deste movimento sejam díspares ao que vem ocorrendo nos últimos anos: a popularização de temas relativos à gramática. A partir do sucesso repentino do conhecido professor Pasquale Cipro Neto, outros professores passaram a ser requisitados pelos principais meios de comunicação e jornalismo de mídia impressa, televisiva e eletrônica, multiplicando colunas relativas à língua portuguesa e livros de grandes tiragens tratando do tema. Surgiram na mesma época dois dos principais sucessos editoriais do país: a edição do *Dicionário Houaiss* e a reedição do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda (*Aurélio século XXI*). No início da década seguinte, o Congresso Nacional se viu envolvido no debate sobre leis que visavam punir o uso indiscriminado de anglicismos e regular o uso da língua portuguesa. O tema da ameaça ao idioma e um certo alarmismo tornaram-se comuns, o que levou a que muitos lingüistas reagissem e criticassem os exageros dos puristas.

Desde a Independência os estudos lingüísticos no Brasil praticamente se resumiram ao tupi-guarani. Até mais ou menos 1870 a *tupifilia* representava um dos centros simbólicos do Império, com o seu conhecido reflexo na literatura indianista, na pintura histórica, na proliferação de nome nobiliárquicos “brasílicos”, dentre outros. A partir de então surgem as primeiras gramáticas brasileiras da língua portuguesa e, sobretudo, o discurso elegíaco ao “idioma de Camões”, que passa cada vez mais a ser o foco de uma nova identidade.

Se a *tupifilia* imperial se explica em parte pela lusofobia pós-independência (e que foi exagerada durante as lutas do período regencial), e pelo desprezo de uma elite escravocrata frente às culturas dos escravos, num medo e num horror à excessiva “africanização” do Brasil, é possível propor que a “descoberta” de uma identidade lusitana encontra razão no abandono da mitologia indianista, e na adoção quase unânime pela intelectualidade do final do século do racismo e do darwinismo social. O indianismo caiu abatido pelo positivismo e pelo naturalismo, que desprezavam seu idealismo e seu romantismo. Também foi vítima das novas ciências do homem que exigiam um acerto de contas com a nítida presença negra e mestiça no seio da nacionalidade. Este despertar era desconfortável, pois somava dois elementos ditos “inferiores” na formação racial brasileira (o índio e o africano), contra apenas um “superior” (o português). Portanto, para almejar a civilização seria lógico afirmar a preponderância do único elemento a salvo. No entanto, as fontes

das teorias racistas que bebiam nossos literatos também submetiam os portugueses, como povo latino, a uma posição incômoda, como raça decadente e inferior a outras raças brancas, como anglo-saxões e germânicos (logo confundidos com os “arianos”).

Os estudiosos brasileiros não aceitaram o veredicto e a maneira que muitos encontraram foi subverter o diagnóstico. O Brasil não podia ser apresentado como um país branco e mesmo o seu embranquecimento, muito pregado por autores como Sílvio Romero, era duvidoso. Tampouco era um Estado conquistador como Portugal dos séculos XV e XVI. Não tinha literatura, arquitetura ou ciências comparáveis à Roma ou a outros países latinos. Mas como logo passaram a apregoar gramáticos, filólogos e escritores, tinha uma língua especial. Logo ela passou a ser o centro da nacionalidade. A língua preservada e cultivada em todo o território e por todo o povo adquiriu o caráter de herança mais importante e de grandeza maior dentro do universo latino. Com isso, tornava-se a tábua de salvação que mostrava que o Brasil já era civilizado.

A construção se deu em duas frentes interligadas. Numa delas, agitava-se patrioticamente a bandeira da latinidade. De certa forma, esta via já encontrava antecedentes no próprio Portugal do romantismo, quando Almeida Garret recuperou dois versos do *Lusíadas* em seu poema elegíaco *Camões*, de 1825. Os primeiros versos diziam que a “gente Lusitana” possuía muitas das qualidades romanas, como

... na língua, na qual, quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a latina. (canto I, estrofe 33)

Garret repete quase literalmente o argumento e as palavras, na defesa que o português era

... das romanas
Qualidades herdeiro, e cuja língua
Com pouca corrupção crê que é latina;¹

Este apelo encontrou eco em autores como Francisco Antônio de Campos, Francisco Pina Manique, Francisco Evaristo Leoni e Francisco Adolfo Coelho, que exacerbaram a imagem poética para afirmarem que o português era o idioma vivo mais próximo ao latim. A partir da década de 1870 esta interpretação foi popularizada no Brasil, com o adendo da “nobreza” da origem, estampada, tal como brasões heráldicos, em todos os seus aspectos morfossintáticos e vocabulares, o que se percebe em autores ligados à elite imperial, como Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto de Souza Silva, João Manuel Pereira da Silva, ou em importantes gramáticos como Mário Barreto. Mas a mais famosa voz surgiria apenas na segunda década do século XX com Olavo Bilac. Nesta época, ele se destacou por suas pregações patrióticas, que se deixaram marcas mais visíveis no militarismo das ligas pelo alistamento militar obrigatório, tinham um embasamento

numa noção de identidade nacional informada pela cultura latina que o Brasil deveria defender frente às ameaças anglo-saxônicas e germânicas explicitadas na Primeira Guerra Mundial. E a peça mais conhecida do seu esforço de incutir o orgulho por esta latinidade se refere justamente ao idioma; o soneto “Língua portuguesa”:

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela.

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o tron e o silvo da procela
E o arrola da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

Na outra frente, ressaltava-se a herança heróica do povo lusitano impressa na língua preservada pelos brasileiros, o que, portanto, levava a uma estratégia de afirmação deste patrimônio através de um extremo ufanismo. É desta época não os elogios exaltados ao idioma, como se vê em Norberto da Souza Silva. Ainda no início do século XX, professores primários e secundários mantinham o ânimo, como se vê em Assis Pinheiro e a forma como exalta a sonoridade da língua portuguesa:

Se ouvirdes falar um alemão, um russo ou um francês, notareis que do nariz e da garganta tiram sons tão profundos, ásperos e carregados, como saludos da caverna de Caco.

Repare bem agora como o português é falado.

Dos lábios, da língua, do paladar da garganta e fossas nasais, saem branda, espontaneamente, sem o menor esforço, vibrações delicadas, acórdãos de alaúde afinado, como de finíssima, tênue lâmina metálica. ²

Aliada ao ufanismo puro e simples estava a elevação de Luís de Camões a patriarca e maior representante da literatura lusitana e brasileira, entendidas por esta via como uma única literatura em língua portuguesa. Nos trezentos anos da morte do poeta, em 1880, o Rio de Janeiro, sob o incentivo do Imperador e de vários intelectuais, comemorou a data quase tão efusivamente quanto Portugal. Joaquim Nabuco, por exemplo, perguntava retoricamente, se não eram também os brasileiros “tão bons herdeiros dos contemporâneos de Camões?” ³ Como vimos, também o soneto de Bilac se vale do poeta quinhentista.

A construção desta centralidade do idioma teve um de seus principais remates mais uma vez respeitando uma tradição já presente em Portugal: em alarmes inflamados e quase desesperados

contra o uso de palavras francesas ou afrancesadas na literatura, oratória, jornalismo e “língua familiar”. O argumento esgrimido para justificar a impropriedade desta importação era de que a língua portuguesa já tinha um vocabulário rico, com equivalente para cada galicismo. E que a literatura francesa era lida como modismo e apropriada superficialmente. Isso levava a um posicionamento inferior da literatura em língua portuguesa, notadamente ao esquecimento dos chamados clássicos. Com esta corrupção do centro da cultura de um povo (língua e literatura), a própria nação se via ameaçada.

Para Norberto de Souza Silva, havia uma incompatibilidade que, ignorada como vinha sendo, levava à tal corrupção: o “ar, jeito ou estilo de falar e escrever” próprio do francês não se “conforma com a índole, gênio e caráter da língua portuguesa”⁴. De certa forma, a culpa não era da língua ou da literatura francesas, mas da mediocridade do público leitor e dos escritores brasileiros, que os incorporavam acriticamente. A eles, por exemplo, se voltava o gramático e lexicógrafo Laudelino Freire:

É bem de ver que me não dirijo aos doutos, de cujo número, aliás tirante certa parte, a maior há mister de muita lição nos segredos da linguagem. Quero ser útil àqueles a quem, a falta de lazer e ocupações têm servido de justa causa ao desamor do bem dizer. É inegável que se não tem em grande preço entre nós o valimento da língua. Havemo-nos culpavelmente no descuido dela, e escrevemos por assim dizer, acintemente à vernaculidade, à pureza e à inteligência do idioma. Os nossos escritores, precisamente os que formam a nata da intelectualidade, em regra desadoram a boa expressão e claudicam lamentavelmente.⁵

O purismo proliferou a partir de artigos de jornais e livros chamando a atenção para o problema, listando os galicismos encontrados no dia a dia, na imprensa e na literatura e até propondo a recuperação de termos genuinamente portugueses. Nas décadas de 1870 a 90 temos as obras de Norberto de Souza Silva e Antônio de Castro Lopes tratando exclusivamente do tema, com filólogos como Fausto Carlos Barreto, Felipe José Alberto e Antônio Estevão da Costa e Cunha citando a questão em obras mais gerais.⁶ A partir de 1900 temos a proliferação do tipo de artigos e livros citados acima. Alguns, como os de Cândido de Figueiredo⁷, foram produzidos por portugueses, mas refletindo também sobre a situação brasileira e dirigidos para o público deste lado do Atlântico. Os demais são de autores nacionais, que podem ser divididos entre os que incluíram o problema dos galicismos em suas preocupações filológicas mais amplas, como Antônio Trajano e Gustavo de Andrade⁸, e os que dedicaram obras especiais ao problema, como Elpídio Pimentel, Carlos Góes e Laudelino Freire⁹.

Esta taxonomia esconde, contudo, o que talvez tenha sido o aspecto mais contundente e direto da *galofobia*: os vocabulários e dicionários de galicismos, como os de Góes e de Freire, e as curiosas tentativas de Antônio de Castro Lopes de criar palavras aportuguesadas partir do grego e do latim para termos como *menu* (cardápio, seu único sucesso) ou *pince-nez* (nasóculos). Lopes ganhou fama com suas invenções, sendo mesmo ridicularizado por Machado de Assis e Mário de

Andrade.¹⁰ Mas ele não foi o único. Em menor escala, também o escritor romântico Alfredo d'Escragno Taunay propôs neologismos em lugar dos galicismos. Da sua lavra se salvou apenas *necrotério*, que substituiu *morgue*.

É bem verdade que filólogos e escritores como Mário Barreto e João Ribeiro atacaram a *galofobia* a partir da década de 1920¹¹, mas a preocupação com a norma culta foi a tônica nas décadas seguintes, uma vez que, entre outras razões, não se desenvolveram os estudos sobre línguas indígenas e africanas, e as ciências da linguagem, de uma maneira geral, demoraram a encontrar adeptos e a se desenvolver dentro do sistema educacional brasileiro. Isto levou a uma acomodação do purismo, que certamente não precisava vociferar mais os seus medos tendo em vista a constatação de que a língua portuguesa em nada se “corrompeu” por influxo dos galicismos.

O culto ao idioma pode ter arrefecido, mas talvez o que tenha acontecido tenha sido o seu enraizamento, impedindo outras visões lingüísticas (que só prosperaram quando da inclusão da lingüística nas universidades, a partir dos anos 80). Tome-se, por exemplo o trabalho desenvolvido entre meados da década de 30 e 40 por Mário de Andrade, na mesma época em que criava o IPHAN e a moderna política de preservação do patrimônio histórico. O escritor oscilou constantemente em sua obra e na correspondência pessoal (penso sobretudo no *Macunaíma* e nas cartas a Manuel Bandeira) entre imprecisões teóricas sobre as noções de “língua” e “dialeto”, o que o levou a reproduzir algumas vezes a visão de uma “língua brasileira”, e outras a se mostrar obcecado com a correção gramatical ao estilo dos puristas que outros modernistas tanto criticavam. Quando na administração municipal de São Paulo, organizou congressos e trabalhos visando mapear a fonologia brasileira e encontrar os pontos em comuns nos falares regionais que permitissem a padronização fonética para a canção, o teatro, o rádio e o cinema nacionais.

Na mesma época se deu a segunda e última medida de política lingüística no Brasil (a primeira fora a proibição por Pombal do ensino e uso da língua geral, em meados do século XVIII). O governo de Getúlio Vargas interditou a educação e a impressão de obras em línguas que não o português, visando sobretudo as colônias alemãs do sul do Brasil e italianas em São Paulo. Nas décadas seguintes o tema da língua nacional praticamente desapareceu. No entanto, a gramática tornou-se uma disciplina central no ensino primário e secundário, e dela surgiria o grito de alerta dos anos 90. Paralelamente, um novo gênero, a Música Popular Brasileira, redescobriu, em grande medida numa releitura do modernismo, o tema da identidade nacional através da língua. Daí surgiria o sucesso do movimento descrito no início desta apresentação, ao qual devemos lembrar ainda a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o projeto da Fundação Roberto Marinho de preservar os falares regionais como patrimônios nacionais, as opiniões que exaltaram o idioma, emitidas por figuras como Gilberto Gil e Waly Salomão, o samba enredo da escola de samba carioca Unidos da Tijuca, em 2002, a canção “Língua” de Caetano Veloso, e os

documentários ressaltando a “lusofonia”, como o dirigido pelo antropólogo Hermano Vianna em 1999 (“Além mar”).

Desapareceu o apelo ao latim, mas seguiu neste período a paranóia com a degeneração da língua e o orgulho de uma identidade calcada nesta “lusofonia”. No novo contexto, avivou-se a idéia do idioma como bem cultural que necessitaria preservação. Neste sentido, fica subentendido o argumento de que a língua é algo que se constrói até um certo ponto, em que, “perfeito”, “completo” ou “terminado”, necessita ser institucionalizado, sobretudo se ameaçado por agentes que podem destruí-lo – o que é, em grande medida, o cerne da noção de “norma culta” com que trabalha a gramática tradicional. Não é preciso apelar para o conhecimento da lingüística histórica para saber que as línguas estão em constante mudança, ao mesmo tempo que não desaparecem simplesmente por adotarem vocábulos estranhos (quando, na realidade, esta é uma fonte de sua renovação). O simples exemplo das palavras francesas incorporadas ao português brasileiro demonstra o exagero deste purismo.

O perigo, portanto, não está onde apontam popularizadores da gramática, deputados e certo senso comum. Nosso patrimônio lingüístico não é uniforme, nem está mesmo definido (poucos são, por exemplo, os mapas dialetológicos existentes). Talvez nem seja possível defini-lo de forma tão precisa, visto não ser um bem ou objeto. Tampouco é uma ocorrência limitada no tempo e espaço, apreensível em momentos repetitivos, como festas e canções ditas “folclóricas” que são o centro de certas políticas de preservação cultural mais pontuais. Um dos pontos de partida da idéia de “patrimônio histórico” é a proteção de algo que em certa época estava inserida na vida cotidiana de uma determinada comunidade de tal maneira que sua existência física ou ritual não era vista como ameaçada, mas que atualmente, devido ao desenvolvimento histórico, perdeu ou pode perder todo ou parte importante de seu significado social e cultural. Ora, por sua natureza cambiante e flexível, a linguagem, se vista pela lente da noção de “língua nacional”, tem dificuldades de se enquadrar neste campo. A exceção seriam as linguagens, compreendidas como sistemas com gramática próprias – como dialetos, calões ou mesmo línguas – ameaçadas de extinção ou por desaparecimento de seus falantes, ou por substituição rápida e massiva por outro sistema lingüístico. Como se percebe facilmente, não é este o caso nem da língua portuguesa falada no Brasil, nem do que se poderia chamar de dialetos regionais, de classe ou de faixas etárias (gírias), que tanta vitalidade têm demonstrado ao longo de nossa história.

O perigo na realidade não existe para a língua, mas para seus falantes. O reducionismo de uma visão que recicla certos apelos enraizados no contexto da virada do século XIX para o XX, tendo em vista algumas das preocupações com a memória nacional por detrás de certas noções de patrimônio histórico e de cultura, pode levar à obliteração de nosso conhecimento sobre as particularidades lingüísticas brasileiras. Sua história pode ficar unidimensional, sem levar em conta

o papel exercido pelas línguas indígenas e africanas, pelos imigrantes, pelo contato com o espanhol nas fronteiras e nos portos (tal como se vê, por exemplo, nas gírias populares cariocas do início do século XX), pelo ensino público restrito à elite no século XIX, etc. Seus vocabulários e regras morfológicas e fonéticas podem ficar circunscritos a exotismos folclóricos, e não como sistemas lógicos passíveis de mudanças. Seus falantes podem acabar sendo encarados como meros receptáculos de tradições ancestrais, alienando-os, no que tange a políticas culturais e ao ensino público, a parte de sua cidadania.

Em vez disso, seria mais interessante uma visão democrática calcada na moderna teoria da linguagem e no estímulo às investigações históricas e lingüísticas. O conhecimento das particularidades e suas origens, aceitas como sistemas próprios e coerentes, construídos historicamente por seus falantes, sem o estigma da preocupação com a identidade nacional, seria mais um instrumento de política cultural que viria incorporar as próprias concepções dos falantes. Tanto as comunidades envolvidas quanto a academia teriam a ganhar com o fim de preconceitos que, sob um processo de uniformização imposto de fora para dentro, torna a língua um “lugar da memória” feito de vários esquecimentos.

Notas

¹ A primeira parte desta comunicação é um resumo dos principais pontos do terceiro capítulo de minha tese de doutorado, “A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930”, defendida em 2002 junto ao programa de pós-graduação em história social da Unicamp.

¹ Almeida Garret, *Camões*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825, p. 133.

² Assis Pinheiro, *A physiologia, a psychologia, a phonologia e a esthetica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Imprensa Gutemberg, 1905, p. 15.

³ Joaquim Nabuco, *Camões*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, pp. 9-10.

⁴ Joaquim Norberto de Souza Silva, *Galicismospalavras e phrases da lingua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na lingua portugueza. Estudos e reflexões de varios autores*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.

⁵ Laudelino. Freire, *Galicismos*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1921, pp. VII-VIII.

⁶ L. Freire, op. cit.; Fausto Carlos Barreto, *Archaismos e neologismos da lingua*. Rio de Janeiro: Typographia Litteraria, 1879; Felipe José Alberto, *Archaismos e neologismos*. Rio de Janeiro: Soares & Reis, 1879; Antônio Estevão da Costa e Cunha, *Manual do examinando de portugez*. Rio de Janeiro: J. Azevedo. Paris : Pillet et Dumoulin, 1883; Antônio de Castro Lopes, *Neologismos indispensaveis e barbarismos dispensaveis*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1889.

⁷ Cândido de Figueiredo, *Os estrangeirismos*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1923 (4ª edição), e *Falar e escrever*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1906.

⁸ Antônio Trajano, *Estudo da lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903; Gustavo de Andrade, *Cacolexias, ou vicios de linguagem*. Salvador: Cincinnato Melchiades, 1910.

⁹ L. Freire, op. cit.; Elpídio Pimentel, *Um punhado de galicismos. Pelo vernáculo!*. Vitória: Diário da Manhã, s.d. [1917]; Carlos Góes, *Diccionario de galicismos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1920

¹⁰ Machado de Assis, crônica de 25/11/1894, in *A Semana I*. São Paulo: Globo, pp. 157-158; Mário de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*. São Paulo: Ediouro, 2001, p. 26.

¹¹ João Ribeiro, *Colmeia*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1923, *Curiosidades verbaes*. Caieiras, Rio de janeiro e São Paulo: Melhoramentos, s.d. [1927]; Mário Barreto, *De gramática e de linguagem*. Brasília: Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982, e, *Através do dicionário e da gramática*. Brasília: INL. Rio de Janeiro: Presença; FCRB, 1986.